

continuação

2020, foram devidos (i) nova parceria realizada com a Rumo Malha Paulista S.A., que contribuíram em 2021 com um faturamento de 130 mil dormentes de aço larga e mista, que corresponderam ao faturamento operacional bruto de R\$ 33 milhões; (ii) aumento de 18% na demanda de dormentes faturados para a VALE em 2021; e (iii) reajuste de 28,5% no preço dos dormentes da VALE.

17. Custos das vendas: 31/12/2021 31/12/2020

Gastos gerais de fabricação (9.668) (4.599)

Custo de mão de obra (8.221) (5.223)

Consumo de matéria-prima (44.675) (19.142)

Depreciação (2.372) (2.571)

(64.936) (31.535)

O custo das vendas dos dormentes apresentou um aumento de 106% em 2021 comparado ao exercício de 2020, que foram devidos (i) aumento da receita operacional líquida de venda de mercadorias de 86% em 2021, citados na nota explicativa 16; (ii) reajuste de 94% no preço do custo do aço em 2021. 18. Despesas gerais e administrativas: 31/12/2021 31/12/2020

Despesas com pessoal Salários e ordenados (2.448) (1.961)

Encargos sociais (909) (616)

Benefícios (1.469) (930)

(4.826) (3.507)

Despesas administrativas Serviço de terceiros (1.829) (1.926)

Despesas com viagem e transporte (142) (42)

Despesas impostos e taxas (34) (52)

Despesas prediais (334) (944)

Despesas a/aluguel de veículos e combustíveis (79) (27)

Outras despesas (291) (236)

(2.709) (3.227)

Despesas comerciais Despesas com frete (15.490) (414)

(15.490) (414)

Remuneração da diretoria (2.388) (2.042)

Total despesas administrativas e gerais (25.413) (9.190)

Despesas com frete: A responsabilidade de entrega da mercadoria (dormente) com o cliente Rumo é realizado através de transporte rodoviário e é de responsabilidade da Companhia (venda CIF), consequentemente a Companhia incorreu em aumento significativo nas despesas com frete durante o exercício de 2021.

19. Outras receitas operacionais: 31/12/2021 31/12/2020

Ressarcimento de despesas 100 646

Recuperação de créditos tributários 109 390

Outras receitas 115 38

Ganho de alienação de imobilizado 252 1.074

(252) (1.074)

20. Resultado financeiro: 31/12/2021 31/12/2020

Receita financeira Descontos obtidos 129 85

Receita aplicação financeira 187 251

Varição monetária - 3

316 339

Despesas financeiras Juros sobre empréstimo bancário (580) (811)

Juros sobre debêntures - (87)

Despesas bancárias (15) (12)

Comissão com colocação das debêntures - (6)

Juros de fim de (5) (10)

Juros e mora pagos (17) (5)

Varição cambial (1) (1)

PIS e COFINS S receitas financeiras (8) (12)

IOF sobre operações financeiras (2) (3)

Outros (2) (20)

(657) (966)

341 (627)

21. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação da taxa efetiva de alíquota nominal, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

Guilherme Martins de Godoy Pereira - Diretor

Pedro Massucato - Diretor

Anderson Silva Lira - Contador - CRC-1SP219971/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

As Acionistas e Diretores da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A (Companhia), examinamos as demonstrações contábeis da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apro-

pria para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Dependência Econômica: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações contábeis, que descreve que parte significativa do total das vendas da Companhia, são realizadas substancialmente junto à Vale S.A. e Rumo Malha Paulista S.A.. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da

ativos e passivos idênticos; • Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia classificou como nível II os saldos de equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. 22.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros: 22.4.1 Risco de crédito: a. Clientes: Devido Companhia ter conta a receber dos clientes Vale S.A., Rumo Malha Paulista S.A. e Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - FTL, a Companhia entende que não possui risco de incorrer em perdas decorrentes a esta contraparte em um instrumento financeiro decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco que a Companhia apresenta, está associado basicamente ao saldo entre partes relacionadas devido os mesmos terem sido formalizados em condições específicas e em montantes significativos, mantidas pelo seu valor original e sem prazos previstos para liquidação. Essas operações poderiam resultar em valores diferentes caso fossem realizadas com terceiros. b. Aplicações financeiras: A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido. A exposição máxima ao risco de crédito dos títulos de dívida classificados como mantidos em condições de observáveis no mercado são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que possuam liquidez no mercado. 22.4.2 Risco de liquidez: A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: man-

ter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez. 22.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos: Para os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos. 22.4.4 Risco de taxas de juros: A atualização dos contratos de financiamento e empréstimos estão vinculados à variação do CDI. 22.4.5 Risco de preço dos produtos vendidos e dos insumos adquiridos: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos vendidos pela Companhia e dos insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preço. Análise de sensibilidade: Instrumentos financeiros não derivativos, estão expostos a variações no valor justo como resultado da flutuação da taxa de juros (CDI). As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir: (i) Seleção de riscos: A Companhia identificou apenas um risco de mercado que mais fortemente afeta o valor dos seus instrumentos financeiros: Taxa de juros (CDI). (ii) Seleção de cenários: Para cada um dos quatro riscos acima mencionados, foram considerados três cenários de valorização (desvalorização). O primeiro cenário usa uma taxa de base, que é a taxa de mercado na data do balanço, extraída com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021. Além deste cenário, o CPC 39 - "Instrumentos Financeiros - Apresentação", requer a apresentação de cenários de desvalorização de 50% e 25% de provável, respectivamente. Para cada um dos cenários de 25% e 50%, respectivamente, da variável de risco relevante em relação à taxa-base. A análise de sensibilidade de variações nos encargos sobre dívida dos empréstimos e financiamentos:

Indexador	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Desvalorização		Valorização				
			Remoto (-50%)	Possível (-25%)	Provável (+25%)	Remoto (+50%)			
Empréstimos	CDI	2,8%	5.761	324	486	11.25%	14.06%	16,88%	972

A análise de sensibilidade de variações nos rendimentos de aplicações financeiras:

Indexador	Posição em 31/12/2021	Desvalorização		Valorização			
		Remoto (-50%)	Possível (-25%)	Provável (+25%)	Remoto (+50%)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	CDI	7.519	423	634	846	1.057	1.269

24. Benefícios a empregados: A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale-transporte e vale-refeição. 25. Análise de impactos da COVID-19 nos negócios da Companhia: A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 uma pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais. Medidas de Assistência Governamental: As respectivas portarias de 3 de abril e 15 de junho de 2020, prorrogaram o prazo para o recolhimento de tributos federais e contribuições previdenciárias patronais devidos pelas Companhias e empregadores domésticos, na situação que especifica em decorrência da COVID-19. Os prazos de recolhimento da contribuição para o PIS, COFINS e INSS patronal, relativos às competências março, abril e maio de 2020, foram postergados para os mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente. Até o momento a Companhia não registrou nenhuma inadimplência de seus clientes. A Companhia opera em escala normal atendendo aos requisitos de segurança e proteção dos profissionais que atendem diretamente e indiretamente nas atividades cotidianas, e está em constante análise do desempenho do mercado para garantir a saúde financeira da Companhia. A Companhia avaliou os possíveis impactos da COVID-19 em seus negócios, e concluiu que no exercício de 2021 e até presente data não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

Hora da matrícula: o que escolas e pais devem observar?

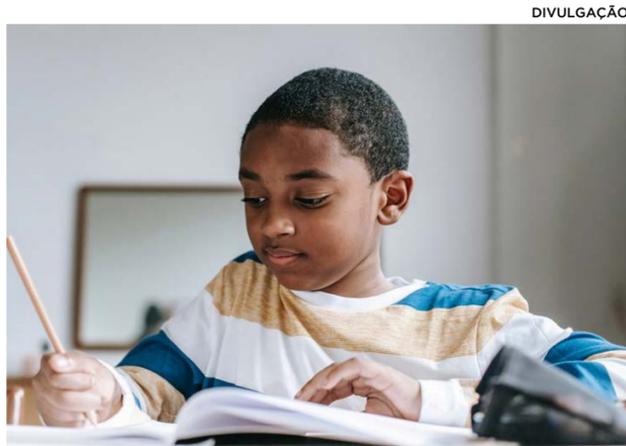
Unidades de ensino têm autonomia para definir valores, mas alguns critérios são estabelecidos em lei

O ano vai chegando ao fim e o ritual começa: reunir os familiares e amigos, comemorar, confraternizar e... fazer a matrícula do filho para o ano letivo seguinte. Para fazer a melhor escolha, sem prejudicar o bolso, são necessários alguns cuidados.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Maranhão (Sinepe/MA), Paulino Delmar Pereira, explicou que a matrícula do filho em uma escola da rede privada de ensino deve ser vista como um investimento, não uma despesa. "O que nós temos que desmistificar é a ideia de que escola é sinônimo de despesa, porque ela não é. Ele é um investimento, que tem data para começar e data para terminar e, depois, tem-se o retorno. Infelizmente, muitos pais encaram essa situação como gasto. O primeiro passo é entender que educação é prioridade", afirmou.

O REAJUSTE DA MATRÍCULA

Paulino esclareceu que o reajuste da matrícula é feito anualmente, sempre no mês de janeiro. A Lei Nº 9.870 estabelece que cada escola elabore a sua planilha de custos, que é feita, normalmente, entre os meses de setembro e outubro,



Antes de matricular seus filhos para o novo ano letivo, pais devem adotar alguns cuidados

podendo assim iniciar o seu planejamento para o ano seguinte.

"A lei diz que, 45 dias antes do encerramento da matrícula, o centro de ensino tem que publicar o seu edital, nele devem constar: o valor da anuidade, o valor da parcela mensal, a quantidade de vagas por sala/classe e proposta pedagógica. Então, nesses 45 dias, os pais podem avaliar as informações, saber quais são os termos e tomar conhecimento do contrato, que tem que ficar em local de fácil acesso, assim como o edital, que tem que ser publicado e fixado em local de fácil identificação", disse.

ANUIDADE OU MENSALIDADE?

De acordo com o especialista, o preço é o custo total da unidade escolar dividido pelo número de alunos pagantes. É desta forma que se acha a anuidade. Mas aí, você pode pensar: o correto não é mensalidade? Paulino informou que as escolas aplicam a anuidade escolar, que pode ser dividida em 12 vezes. Anuidade hoje é o que, antes, era mensalidade. Então, quando é realizada a matrícula, você está contratando um serviço por um valor anual, que pode ser dividido. A depender do acordo feito entre as partes,

pode até ter um outro plano, mas este não pode alterar o valor total da anuidade.

"Quando o pai vai até a escola em fevereiro, por exemplo, como o primeiro mês já passou, a escola pode dividir o valor anual em 11 vezes, para que o pai não tenha que pagar 12 parcelas mais o com acréscimo de multa e juros", exemplificou.

OS PAIS PODEM PEDIR DESCONTO?

O presidente do Sinepe disse que, dentro das instituições de ensino, os pais podem conversar com o setor responsável. Normalmente, as escolas oferecem abatimento no valor da anuidade quando mais de um filho estuda no mesmo estabelecimento, ao pagar o valor antecipadamente ou quando a escola mantém algum tipo de convênio em que o estudante é beneficiado. Essa flexibilização é uma forma de auxiliar os pais. "Se os pais estiverem com algum questionamento, eles podem procurar a escola para conversar. As unidades escolares são prestadoras de serviço e como tal, pagam impostos como qualquer outro estabelecimento. O ideal é buscar o diálogo para que se chegue em um acordo", finalizou.

Especialista dá dicas do que priorizar com o 13º

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o pagamento do 13º salário injetou R\$ 250 bilhões na economia brasileira neste ano. Apesar de parte do benefício ser destinado para as compras de fim do ano (presentes e ceia), a dica é priorizar a quitação de dívidas, como explica o docente do curso de Ciências Contábeis da Estácio, Haroldo Andrade Junior. "O 13º salário é uma oportunidade para que os consumidores coloquem suas contas em dia, principalmente aquelas referentes ao cartão de crédito e cheque especial, cujas taxas rotativas médias de juros em outubro foram de, respectivamente, 399,5% e 132,5% ao ano. Se ainda assim sobrar uma quantia, reserve esse valor para as contas do primeiro trimestre que costumam apertar o bolso, como IPTU, IPVA, matrícula e material escolar", orientou o docente. Haroldo Andrade Junior

observou que mesmo diante da impossibilidade de sanar integralmente as dívidas com o 13º salário, o inadimplente poderá aproveitar a ocasião para renegociá-las. "Pague as contas que estão mais próximas de vencer e negocie com o credor uma redução dos juros e das multas pelo atraso do pagamento. Outra dica é iniciar o ano com o planejamento orçamentário pronto e de acordo com a realidade financeira da família", recomendou. Já para quem não está no vermelho, o coordenador aconselhou a fazer uma reserva de emergência com o dinheiro que sobrou do 13º. "Uma boa opção é investir no CDB (Certificado de Depósito Bancário) com resgate automático, podendo ser sacado a qualquer momento. Contudo, se o consumidor não tiver prazo para retirar o que foi poupado, o melhor é procurar pelos títulos do tesouro direto, que são uma renda fixa sem risco de perder o dinheiro investido", finalizou.

Rio Anil Shopping terá funcionamento alterado durante as festas de fim de ano

O período natalino chegou e, junto com ele, as compras de fim de ano. Para garantir o presente da família toda e o look ideal para as festas, o Rio Anil Shopping vai estender seu horário de funcionamento. Nos dias 21, 22 e 23 o shopping funcionará das 10h às 23h. Já no sábado (24), véspera de Natal, o funcionamento será apenas das 10h às 18h. No domingo (25), Dia de Natal, as lojas estarão fechadas. A Praça de alimentação abrirá das 12h às 20h. Na semana dos dias 26 a 30/12, lojas funcionarão normalmente das 10h às 22h. No dia 31 de dezembro, véspera de Ano Novo, o shopping abrirá as portas às 10h e encerrará as atividades às 18h. Já no dia 1º/01, as lojas permanecerão fechadas e a Praça de Alimentação abrirá das 12h às 20h.